

A Historiografia Revolucionária

Alberto Flores Galindo e a *Nueva Historia peruana* (1970-1980)

Marcos Sorrilha Pinheiro¹

Resumo: Na década de 1970 houve uma série de alterações na historiografia mundial no que diz respeito aos métodos, técnicas e objetos de pesquisa. Essas mudanças repercutiram no Peru e contribuíram para a formação de uma nova geração de historiadores, a chamada *Nueva Historia peruana*. De maneira particular, essa geração recorreu às novas práticas historiográficas a fim de compreender a realidade peruana e justificar a revolução socialista no país. Entre esses novos historiadores, destacou-se a figura do intelectual Alberto Flores Galindo. Tributário desse contexto de alterações científicas e políticas em seu país, esse pesquisador desenvolveu um novo modo de se fazer história, tomando o passado como fonte para se encontrar explicações capazes de superar as dificuldades contemporâneas e elaborar projetos políticos para o futuro. Neste artigo, procuraremos delimitar as principais características da *Nueva Historia peruana* e apresentar as concepções historiográficas de Alberto Flores Galindo, dentro de seu desafio de conceber uma historiografia revolucionária.

Palavras-chave: Alberto Flores Galindo; *Nueva História peruana*; intelectuais e política no Peru.

Abstract: The 1970s brought a series of amendments to the historiography world with regard to methods, techniques and research subjects. These changes were reflected in Peru and contributed to the formation of a new generation of historians, called *peruvian new history*. In a particular way, this generation has resorted to new historiographical practices as a way of understanding reality and justify the Peruvian socialist revolution. Among these new historians, pointed to the intellectual Alberto Flores Galindo. Tributary of this scientific and political context of changes in his country, Flores Galindo developed a way to make history that saw the past as a way to find explanations that could overcome difficulties and develop contemporary political projects for the future. In this article, we will seek to define key

¹ Marcos Sorrilha Pinheiro é Professor Assistente Doutor da Universidade Estadual Paulista (Unesp), em Franca, onde desenvolve a pesquisa intitulada *Os crilhões coloniais: escravidão colonial e o processo de independência das Américas*. Endereço: Av. Eufrásia Monteiro Petraglia, 900 (Departamento de História Unesp/Franca). E-mail: msorrilha@franca.unesp.br.

features of the *peruvian new history* and present the historiographical conceptions of Alberto Flores Galindo, within his challenge to design a revolutionary historiography.

Keywords: Alberto Flores Galindo; peruvian new history; intellectuals and politics in Peru.

Nueva Historia peruana: contexto e características

Na década de 1970, a historiografia peruana passou por uma série de transformações que alteraram não apenas os objetos e os métodos da História, mas a própria função do historiador. De certa maneira, esse não foi um fenômeno exclusivo do Peru. Os anos 1970, por si só, representaram a crise epistemológica mundial das ciências como um todo. No campo das ciências humanas e da historiografia europeia, por exemplo, caracterizou-se pelo surgimento de novos métodos e práticas de pesquisas e pela seleção de outros objetos de análise, consagrados pelo início da terceira geração dos *Annales*.

Essas transformações foram rapidamente absorvidas pelos historiadores peruanos daquele momento. No caso desse país, o diferencial foram as mudanças de paradigmas para a pesquisa historiográfica, que vieram acompanhadas também por um redirecionamento ideológico da esquerda após a chegada do general Velasco Alvarado ao poder por meio de um golpe militar em 1968. Ao contrário do que se pode pensar, esse Regime Militar tinha uma perspectiva progressista, tomando para si várias bandeiras de lutas da esquerda guerrilheira da década de 1960, como é o caso da reforma agrária. Não por menos, intitularam-se como o *Governo Revolucionário das Forças Armadas* (GRFA). Com isso, os antigos guerrilheiros rapidamente aderiram ao GRFA, apoiando suas medidas e seu duro ataque à oligarquia do país.

No entanto, um segmento da esquerda, formado por jovens universitários, rechaçou aquilo que chamavam de “caricatura de revolução”. Contra Velasco e seu regime, empreenderam uma estratégia junto às fábricas, sindicatos e associações de classe, como forma de desenvolver um sentido de classe nos operários. Ficariam conhecidos como a esquerda classista ou a *Geração de 1968*. Ancorados em sua origem universitária, procuraram desenvolver um tipo de atuação que aliava a produção intelectual à militância política, fazendo de suas pesquisas universitárias instrumentos de análise e compreensão dos problemas sociais contemporâneos. A ideia era transformar trabalhos acadêmicos em suportes

teóricos para a ação revolucionária. Entre esses universitários encontravam-se diversos historiadores.

Frutos da análise da realidade cotidiana, os temas de pesquisa foram norteados pelos resultados imediatos das políticas progressistas imprimidas pelo Governo Militar. As necessidades apresentadas pelos militares de romper com o modelo agroexportador, iniciar um novo ciclo de modernização do país e transformar as estruturas do desenvolvimento econômico peruano, por exemplo, colocaram na pauta das discussões políticas e acadêmicas da Geração de 1968 assuntos como: a reforma agrária, a revolução socialista e o papel do andino/camponês na sociedade.

Assim, motivados por sua atuação política junto às camadas populares e entidades de classe e pelas mobilizações no campo, jovens historiadores passaram a elaborar estudos envolvendo esses temas com o intuito de reconstruir uma imagem do passado nacional e de legitimar o futuro a ser construído. Como não poderia deixar de ser, pensavam a História sob uma perspectiva marxista. Segundo Paulo Drinot (2003), em seu artigo *Historiografia peruana: onde estamos, como chegamos e para onde vamos?*, os historiadores peruanos da Geração de 1968,

[...] não eram todos marxistas, mas todos [...] escreviam através de uma perspectiva marxista. Mais, eles se viam como membros de um movimento distinto, de uma vanguarda política e intelectual. Eles dividiam um mesmo objetivo: desafiar as correntes historiográficas tradicionais e contribuir para uma mudança radical da sociedade peruana. [...] Isto também é um produto de um contexto tão carregado ideologicamente e politicamente como era o final dos anos 1970 e 1980, onde ser professor de História e militante era considerado natural e necessário (DRINOT, 2003, p.66).

Nesse sentido, a renovação promovida na História não deveria passar apenas pela questão do método, mas também pela própria concepção do trabalho do intelectual e de sua necessidade de se engajar em questões políticas. Essa perspectiva se reforça ao lermos alguns comentários feitos por um dos historiadores mais renomados daquele momento: Manuel Burga. A respeito de sua geração intelectual, escreve o autor em seu livro *La Historia y los historiadores en el Perú*:

Éramos todos emotiva ou coativamente marxistas, e o grande objetivo era converter a atitude sentimental em atitudes intelectuais, traduzir os encontros, os discursos, os *slogans*, os gritos durante as marchas, em investigações, reflexão intelectual, narrativa, poesia, História, Sociologia, Arqueologia e Antropologia (BURGA, 2005, p.109).

Para se empreender os novos estudos, esses intelectuais romperam com o modelo historiográfico vigente no país, o qual concebia a História como a narrativa dos grandes feitos e dos grandes líderes. Contra a velha historiografia, posicionaram-se como artífices de uma *Nueva Historia Peruana*. Em um momento de esperança e confiança no futuro, acreditavam que era preciso se desligar da “historiografia tradicional peruana” e da perspectiva pessimista que esta continha a respeito da história nacional. Como aponta Miguel Glave:

[...] a crítica como toda feita ao que grossamente se denominava “história tradicional”, associada aos feitos militares e diplomáticos, aos personagens ideologizados, aos feitos isolados, ao descritivo, veio apoiada na transformação dos temas e métodos que apontavam para a construção de um novo discurso de tipo científico e objetivo (GLAVE, 1996, p.20).

Para os historiadores dessa nova geração, a historiografia tradicional havia instaurado uma tradição “ucrônica” na forma de se construir o discurso histórico. O primeiro a observar essa peculiaridade foi Jorge Basadre (1947) em seu artigo *Ucronías*, ainda na década de 1930. Segundo Basadre, a ucronia se apresenta como um esforço de se realizar uma leitura do passado levando em conta fatos que não se consolidaram. Uma história daquilo que não é, mas poderia ter sido (CÁCERES, 2000, p.24). No caso da historiografia peruana, tal tradição resulta na leitura do passado diante das possibilidades perdidas. Ao reconstruírem acontecimentos repletos de eventos potencialmente realizáveis, mas que não se concretizaram, os historiadores peruanos acabaram por converter o passado em um fardo de frustrações. A história do “e se” criou para o país uma leitura negativa de sua formação e fixou na memória coletiva um sentimento de desilusão. Diante dessa imagem do passado, a sociedade contemporânea não poderia ter outra realidade senão um presente de fraquezas e derrotas.

Em razão disso, durante as décadas de 1970 e 1980, o único sentimento entre os historiadores era o da necessidade de se desvincular dessa tradição metodológica e produzir no Peru uma *história* “verdadeiramente” *nova*. Magdalena Chocano (1986), retomando o caminho aberto por Basadre, expõe essa problemática em seu artigo *Ucronía y frustración en la conciencia histórica peruana* ao argumentar que:

No processo da historiografia peruana, a retórica da ucronia derivou em formas que tendem a contemplar o curso da história peruana como um produto de determinadas “ausências” ao invés de uma dialética de efetivas “existências”. [...] Gostaria que ao seguir as raízes dessa atitude, assentadas no não-ser, não-poder, como essência de nossa história, fosse possível começar a nos afastarmos dela, instalando em

contrapartida a possibilidade de um discurso histórico como expressão autêntica e crítica daquilo que, efetivamente, somos (CHOCANO, 1986, p.46).

Ao “seguir as raízes dessa atitude” ucrônica, Chocano encontrou um ponto de partida nos trabalhos de José de la Riva Agüero. Para a autora, a geração de Riva Agüero, a chamada Geração dos Novecentos, era profundamente marcada pelos acontecimentos históricos ocorridos durante a Guerra do Pacífico (1879-1883). O desastre do conflito armado e a acachapante derrota diante dos chilenos teriam provocado um fenômeno de culpa nas elites peruanas. Frente a esse dilema, Riva Agüero, no papel de *intelectual orgânico* da aristocracia responsável pela derrota, buscou na história do país uma maneira de negar tal culpa e criar uma “justificativa histórica”. Assim,

Para evitar os perigos que a noção de “culpa” implicava, Riva Agüero forjou uma explicação da história peruana baseada na ideia das “oportunidades desperdiçadas”, das “felizes oportunidades desaproveitadas”. Porém, através deste recurso instaurava a sensação do inacabado, do não cumprido no núcleo do pensamento histórico (CHOCANO, 1986, p.48).

Chocano defendia, por meio das interpretações elaboradas por Riva Agüero, a ideia de que a derrota para o Chile deixou de ser culpa da aristocracia e converteu-se em consequência de condições históricas *não realizadas*, que culminaram na formação de uma aristocracia desorganizada e, conseqüentemente, incapaz de conduzir o triunfo na guerra. É importante ressaltarmos que Riva Agüero é o autor que marca o início da historiografia moderna no Peru. A publicação de seu livro *La historia en el Perú*, em 1910, representa o primeiro intento de se produzir uma síntese interpretativa da história nacional. Nesse sentido, se concordarmos com Chocano, podemos dizer que a historiografia moderna no Peru já nasceu com o estigma da ucrônia.

A perspectiva historiográfica inaugurada por Riva Agüero ganhou espaço ao longo das décadas e se estabeleceu como discurso historiográfico hegemônico no Peru. Outra importante corrente da década de 1920, o *indigenismo*, de Luis Valcárcel, Emílio Romero e Julio Tello, não soube construir o mesmo espaço e permaneceu praticada por poucos. De certa maneira, a proximidade da historiografia tradicional com a elite política peruana transformou suas interpretações historiográficas em uma espécie de “história oficial” do país.

Na qualidade de história oficial, essa corrente, reconhecida pelos historiadores peruanos da *Nueva Historia* como “tradicional”, produziu uma autoimagem do Peru que se

assemelhou muito mais ao reflexo de sua elite, levando em consideração os traços de sua herança espanhola e sua tradição *criolla* e, ao mesmo tempo, relegou à margem a figura do andino e do indígena. Por isso, a elite havia tomado como símbolo representante da identidade peruana o cronista *criollo* Garcilaso de la Vega. Mais que um mestiço, de la Vega foi ressaltado em suas características espanholas e em sua erudição e educação *criolla*. A mestiçagem, nesse caso, apareceu como uma exaltação ao sucesso da empresa espanhola na América e não na valorização de suas heranças andinas. Justamente por isso, a história tradicional também seria designada como corrente historiográfica hispanista.

A perspectiva inaugurada por Riva Agüero teve continuidade tanto em membros da geração posterior à sua, como em Jorge Basadre, Raúl Porras e na Geração do Centenário, quanto em seus seguidores e discípulos, destacadamente Guillermo Lohmann e José Augustín de la Puente. Ainda que Basadre não se apresente como discípulo de Riva Agüero e, em contraposição às elites oligárquicas, tenha se afirmado como um intelectual ligado à classe média e aos setores urbanos – traço característico de sua geração –, sua forma de pensar os caminhos da nação passava inevitavelmente pela perspectiva ucrônica da história “tradicional”. Segundo Chocano (1986), “Jorge Basadre prosseguira o rumo traçado por Riva Agüero, enriquecendo a visão original com novos elementos e reflexões”, reafirmando que “a história do Peru no século XIX é uma história de oportunidades perdidas, de possibilidades não aproveitadas” (BASADRE, 1947, p.138-139).

Já Lohmann e Augustín de la Puente representam uma continuidade mais fiel ao pensamento de Riva Agüero: tanto no “não-ser” da história, quanto na concepção de existência de uma identidade construída por meio da permanência da tradição espanhola. Os trabalhos de Lohmann, por exemplo, voltaram-se para o estudo da história de comunidades espanholas no Peru e não sobre os peruanos de descendência espanhola.

No entanto, da mesma maneira que as correntes políticas oligárquicas no Peru entraram em crise a partir da década de 1950, o mesmo ocorreu com a “sua” historiografia. A perda da legitimidade da oligarquia e as transformações sociais apresentadas pelos levantes camponeses, bem como as vultosas migrações dessa década, tiraram de cena os intelectuais representantes da “história oficial”. A história como exercício de construção da nação e de legitimação de um discurso oficial cedeu espaço aos historiadores profissionais, vindos das universidades.

Tais mudanças também foram resultantes da alteração das políticas governamentais empreendidas ao longo dos oito anos do governo ditatorial do general Manuel Odría. Naquele momento, o investimento em educação, a expansão do ensino superior e os altos salários docentes fizeram da universidade um excelente refúgio para o historiador. Como rememorou Burga (2005), “na época do reitorado de Don Efraín Moroet Best, anos 1960, um jovem assistente da Universidade de Huamanga ganhava mais que um juiz da Corte Superior de Ayacucho e mais que um empregado bancário” (BURGA, 2005, p.110).

A ausência do historiador no campo político nas décadas de 1950 e 1960 permitiu que a geração da *Nueva Historia* não encontrasse resistência em sua atividade historiográfica/militante. De certa maneira, o surgimento dessa nova perspectiva histórica não apenas representaria a reconciliação do historiador com a política, como também a retomada da História como um exercício de criação de uma *consciência histórica nacional*. Ainda que essa consciência nacional não passasse mais pela construção de uma visão geral e ampla do país, dando-se mais atenção à história de elementos particulares e tradições locais, os historiadores da nova geração partiam em busca daquilo que chamaram de “verdadeiras” heranças nacionais. Como sugere Drinot (2003):

[...] o propósito desta nova história não era basicamente contribuir para a discussão historiográfica peruana, mas sim mudar a consciência histórica nacional: eles pretendiam reescrever a história peruana de uma maneira que pudesse revelar o sistema de dominação oligárquico desde a Conquista que havia escravizado os peruanos e reclamar tradições de resistência que indicavam o potencial revolucionário das classes subalternas (DRINOT, 2003, p.58).

A primeira obra a marcar o início das produções dessa chamada *Nueva Historia* foi o ensaio “La independencia en el Perú”, em 1971, escrito por Heraclio Bonilla e pela historiadora estadunidense Karen Spalding. O ano é emblemático, pois marcou a comemoração dos 150 anos da proclamação de independência do Peru. No entanto, o artigo de Bonilla e Spalding somente veio ressaltar que nada havia a se comemorar. Entre as várias críticas que o texto faz à independência do país, destacam-se o ataque à elite *criolla* e à ausência da nação, apresentando uma emancipação sem heróis nacionais como o resultado da falência do sistema colonial, ou uma ideia de liberdade importada de outras localidades da colônia.

Em razão disso, parecia urgente a necessidade de identificar novos heróis nacionais, novos sujeitos responsáveis pela verdadeira imagem do Peru – homens e mulheres que

estavam à margem da história oficial –, “reclamar tradições de resistência que indicavam o potencial revolucionário das classes subalternas”, dar voz aos vencidos e iniciar uma história de *los de abajo*. Dentro dessa concepção, apareceu a temática do andino e do camponês como objetos centrais e não mais como coadjuvantes da história do Peru. Mais do que isso: passou-se a valorizar a pluralidade cultural do mundo andino, as várias tradições e os vários grupos étnicos que o compõem em detrimento de sua antiga visão globalizante. O reconhecimento de que o Peru constituía um país plural era uma das maneiras de se estabelecer uma identidade nacional que comportasse essa diversidade, em vez de se buscar uma nação unida erroneamente por uma única etnia ou cultura.

Por isso, os objetos de pesquisa deveriam estar também além das fontes oficiais. Era preciso aproximar-se do universo andino, interrogar seus atores e mergulhar em seu universo mental. Para desenvolver essa concepção da história e da cultura peruana, os autores tiveram de recorrer à utilização de métodos próprios da Antropologia e da Psicologia, incorporando-os à rotina da pesquisa historiográfica. Eram necessárias novas ferramentas para compreender a pluralidade do pensamento e dos símbolos culturais produzidos pelos novos atores históricos descobertos. Contudo, não apenas a Antropologia e a Psicologia apresentaram-se como referências importantes para esses historiadores. Na realidade, “os arquitetos dessa nova história traziam como influência um eclético ‘mix’ de perspectivas teóricas estrangeiras, incluindo a nova História Social inglesa, o Marxismo Althusseriano, os *Annales* franceses (de onde retiraram o conceito de “nova história”) e a Teoria da Dependência” (DRINOT, 2003, p. 57). A Teoria da Dependência, por exemplo, serviu como base para a crítica ao modelo agroexportador adotado pelo Peru ao longo de sua história republicana. Segundo os pesquisadores peruanos partidários dessa teoria, o modelo agroexportador adotado no Peru impossibilitou o surgimento de uma burguesia forte no país, capaz de produzir um conflito entre as classes, relegando o país à dependência do capital externo, mais especificamente dos EUA.

A influência dos *Annales* sobre a *Nueva Historia* peruana não se deu somente por parte das referências historiográficas da terceira geração. É bem verdade que a perspectiva apresentada por autores como Carlos Ginzburg de conceder voz aos vencidos e de trabalhar com o viés da “micro-história” atendia aos novos direcionamentos do trabalho historiográfico dos peruanos. O estudo das “mentalidades”, sugerido por Le Goff, foi outro caminho que despertou a atenção dos trabalhos acadêmicos de então. No entanto, muitos dos historiadores

da *Nueva Historia* peruana haviam sido alunos e orientandos de Ruggiero Romano, Pierre Vilar e Fernand Braudel, sendo inegável a influência da chamada segunda geração dos *Annales* e da perspectiva da “longa duração” sobre suas obras. A História Social inglesa, por sua vez, permitiu empregar um viés cultural aos estudos sem perder de vista a dimensão marxista de suas pesquisas. Por conta disso, os trabalhos de E. P. Thompson sobre a classe trabalhadora inglesa tornaram-se uma referência inevitável, bem como os estudos de Eric Hobsbawn sobre o marxismo.

Na realidade, essa necessidade de contar com novos métodos de pesquisa para suas investigações não representou o abandono da concepção marxista de sociedade e de história, como já mencionamos. Ao contrário, em muitos trabalhos é possível relacionar o estudo de antigas sociedades peruanas a uma forma de se identificar permanências capazes de contribuir para a fixação do comunismo no Peru. Foi assim que as sociedades andinas e sua organização social elementar (*ayllu*), a reciprocidade andina (*ayni*), a redistribuição de alimentos e tantos outros elementos do passado pré-colombiano foram utilizados na tentativa de unir a tradição andina ao socialismo. Justamente por isso, e também como forma de negação à história tradicional, ocorreu uma retomada dos trabalhos indigenistas da década de 1920, com a publicação de novas edições de suas obras. O interessante é que esse contato com diversos tipos de referenciais vindos da Antropologia, da Arqueologia e da Psicologia resultou no surgimento de um marxismo que superou os conceitos tradicionais de luta de classe, estrutura e superestrutura, entre outros. Em seu lugar aparece a preferência por autores e conceitos considerados marxistas heterodoxos. É, portanto, um período de assimilação de obras de referências, como as de George Lucacks e Antonio Gramsci.

Da mesma forma que a Geração de 1968 buscou, por meio da ação classista, novos locais de atuação política junto aos sindicatos, comunidades eclesiais, clubes de migrantes, grêmios de trabalhadores e associações de bairros, a *Nueva Historia* também encontrou outros canais de produção e publicação de trabalhos para além da universidade. Nesse momento, surgiram vários centros e institutos de pesquisas que serviam de suporte e assistência aos novos historiadores, disponibilizando desde um espaço físico para a montagem de um escritório até financiamento para suas investigações. Além disso, organizavam e editavam os livros com os resultados das pesquisas e os lançavam com o seu próprio selo editorial. Entre os novos institutos, destacam-se o Seminário de História Rural Andina, o Curso de Estudos Rurais do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Católica, o

Seminário Permanente de Investigação Agrária, o Instituto de Apoio Agrário, o DESCO e o Instituto Francês de Estudos Andinos. Tais ambientes institucionais se somariam a outros espaços que já contribuía para a análise crítica da sociedade peruana, como o IEP, que existia desde 1964.

Sobre esse assunto, Burga (2005) nos lembra que:

Muitos [historiadores] evitaram a mediocridade do ambiente da universidade nacional com as bolsas, os projetos de investigação e as organizações não governamentais. O Instituto de Estudos Peruanos (IEP) e DESCO, com seus defeitos e perigos, apareceram como os paradigmas desses centros de salvaguarda e às vezes de domesticação para muitos intelectuais. [...] Eles, apesar de tudo, são os lugares de encontro de gente muito variada que provém dos dois tipos de universidades [privada e pública], de classes sociais diferentes (BURGA, 2005, p. 111-112).

Como podemos perceber na autoanálise produzida por Burga, o refúgio a esses institutos representou, também, uma fuga dos meios institucionais do Estado, o que demonstra o não alinhamento dessa geração ao governo progressista do general Velasco Alvarado e a sua opção em trabalhar contra ele.

De qualquer forma, não podemos dizer que todos os trabalhos produzidos pela *Nueva Historia* tenham seguido a mesma linha de pesquisa. O leque variado de referenciais impossibilitava que todos os autores se dedicassem a um mesmo campo de estudo. Por conta disso, podemos dividir as pesquisas produzidas pela *Nueva Historia* em duas linhas principais: *história econômica* e *história social*. Mais do que simples linhas de investigação, essa divisão também colaborou com a formação de perfis distintos de pesquisadores.

A história econômica vinculou-se mais às discussões da Teoria da Dependência e adotou uma posição menos politizada. Geralmente vinculados ao IEP, seus pesquisadores conseguiam bolsas oriundas dos Estados Unidos para desenvolver seus estudos de forma independente ao Estado. Já a história social crescia juntamente com o movimento estudantil da nova esquerda classista, recorrendo ao apoio dos centros de pesquisas não governamentais e às comunidades vinculadas à Igreja (como a Pastoral andina) para publicar seus trabalhos. De certa maneira, a proximidade ao objeto de pesquisa realçou essa característica combativa.

Quanto à origem social, primordialmente eram provenientes de classes médias baixas e, apesar de todos viverem em Lima, tinham uma mesma ascendência e uma proveniência provinciana. A esse respeito, Burga (2005) comenta que a historiografia peruana apresentou um descenso social ao longo de sua trajetória, partindo da aristocracia, com Riva Agüero,

passando pelas classes médias altas do meio urbano, como Basadre, pelos profissionais liberais, como Macera, e chegando aos grupos sociais mais baixos, de pele mais escura e origem camponesa, como os de sua geração². Nesse sentido, pode-se afirmar que história da composição social e étnica da historiografia peruana se confunde com a história nacional e com os movimentos sociais ocorridos a partir da década de 1950, com amplo destaque ao extraordinário fluxo migratório (serra-costa) ocorrido a partir de então. A invasão do andino no cotidiano e nas relações sociais das grandes cidades chegaria também à universidade. O *cholo* (o migrante andino e seus descendentes) traria novos traços à cultura peruana e, conseqüentemente, à sua produção acadêmica. De certa maneira, o surgimento da *Nueva Historia* não seria possível sem que houvesse ocorrido o fenômeno da “cholifação” da sociedade peruana, como observou Quijano (1980), como se a biografia dos autores se confundisse com a de seus próprios objetos.

Esses objetos de estudos, *los de abajo*, foram a maior contribuição da *Nueva Historia* para as ciências sociais peruanas. No entanto, a ideia de construir um discurso que superasse a visão tradicional do “fracasso” e do “e se” não produziu efeitos sólidos. Por isso, estamos de pleno acordo com Drinot (2003), quando este escreve:

[...] mesmo que almejasse subverter a ordem historiográfica tradicional, até meados dos anos 1980, a *Nueva Historia* compartilhava com sua nêmesis a mesma visão “crônica” da história do Peru: de acordo com esta perspectiva, a história do país era um grande rosário de fracassos (DRINOT, 2003, p.60).

Assim, podemos dizer que a leitura da Teoria da Dependência, por exemplo, somente serviu para constatar a *não existência* de uma burguesia forte no Peru. A Revolução inacabada de Tupac Amaru II, a morte de Atahualpa, o falecimento precoce de Mariátegui, o avanço do capitalismo sobre os Andes homogeneizando costumes em detrimento das tradições locais, entre outros, são alguns temas que reforçam a imagem de um país sem saída. Talvez por isso o artigo de Magdalena Chocano, de 1987 – portanto, dezesseis anos após o ensaio de Bonilla e Spalding –, continuava a proclamar a necessidade de se construir um discurso historiográfico “como expressão autêntica e crítica daquilo que, efetivamente, somos”.

De qualquer forma, é inegável que a *Nueva Historia* peruana tenha conseguido construir o seu espaço de atuação acadêmica e política durante as décadas de 1970 e 1980,

² Apenas para darmos alguns nomes à *Nueva Historia*: Nelson Manrique, Magdalena Chocano, Wilfredo Kapsoli, Piedad Pareja, Carmen Rosa Balbi, Rodrigo Montoya, Gonzalo Portocarrero, Henrique Urbano, entre outros.

convertendo-se em uma perspectiva hegemônica na produção historiográfica do Peru. A preocupação com os assuntos cotidianos, o exercício de colocar a História em favor do presente e a busca pela explicação dos fenômenos sociais pelos quais atravessavam o Peru naquele período aproximaram a historiografia do público comum, produzindo autores que se converteram em ícones da opinião pública nacional. Muito mais do que reclusos ao ambiente acadêmico, os historiadores da *Nueva Historia* buscaram transformar suas interpretações da realidade e da história peruana em atitude política. Empregaram, nesse sentido, de maneira bastante clara, os ensinamentos de José Carlos Mariátegui, que afirmava: “[...] a faculdade de pensar a história e a faculdade de fazê-la e criá-la se identificam” (MARIÁTEGUI, 1994, p. 324).

A referência à Mariátegui não é por acaso. É preciso dizer que, mais que uma influência para a *Nueva Historia*, o autor socialista foi um modelo de intelectual. A sua preocupação com a história nacional e com a necessidade de se estabelecer um socialismo que respeitasse as tradições locais ia ao encontro do pensamento daqueles jovens historiadores. Além disso, Mariátegui foi o tipo de intelectual que eles buscavam ser, uma vez que mesclava produção literária com atuação militante, como sugere a frase acima. Assim como para a esquerda daquele momento o mariateguismo também foi um fenômeno e característica presente na *Nueva Historia*.

Alberto Flores Galindo: historiografia utópica³

Entre os nomes de autores da *Nueva Historia*, Alberto Flores Galindo foi o que teve maior destaque e se configurou como um paradigma para sua geração. De maneira clara, a trajetória intelectual de Flores Galindo está repleta de elementos próprios da esquerda e da historiografia da década de 1970 no Peru, mencionados anteriormente. Mariateguismo, marxismo heterodoxo, a busca pela construção de um novo discurso historiográfico, classismos, o impacto do velasquismo, enfim, são dimensões observáveis em seus escritos, bem como em sua biografia.

³Alberto Flores Galindo é reconhecidamente um dos mais importantes historiadores peruanos e figura como um dos 18 maiores pensadores peruanos do século XX, segundo recente publicação de Rodolfo Loayza Saavedra (2009). Nascido em Lima em 1949, formou-se em História pela Pontifícia Universidade Católica do Peru, em 1972. Autor de vasta produção literária, figuram como seus principais trabalhos os livros *La agonía de Mariátegui* (1980), *Aristocracia y plebe. Lima, 1760-1830* (1984) e *Buscando un Inca: identidad y utopía en los Andes* (1986). Além disso, Flores Galindo contribuiu para uma série de revistas de destaques no cenário literário e político peruano da década de 1980. Faleceu em 1990, vítima de um câncer fulminante.

Assim como outros membros de sua geração, Flores Galindo procurou vincular seu trabalho acadêmico à atuação política. Suas investigações objetivavam estabelecer interpretações a respeito da realidade peruana contemporânea e oferecer caminhos para os dilemas da política em seu país. Em razão disso, a sua produção literária e atuação intelectual não se restringiram aos ambientes universitários, mas se propagaram por institutos de pesquisas, instituições de classe e revistas não acadêmicas. Durante dez anos, por exemplo, manteve, com Manuel Burga, “um escritório, duas escrivadinhas e [...] uma máquina de escrever” no Instituto de Apoyo Agrário (BURGA, 2005, p.113). Além disso, obteve bolsas de estudos de variadas instituições de fomento, como a *Social Research Council*, a *Fomciencias* e a Unesco.

De outro lado, essa superação do mundo acadêmico converteu-se em uma aproximação às entidades de classe. A militância junto ao sindicato pesqueiro, ainda na década de 1960, e suas constantes visitas ao sindicato mineiro para a realização de pesquisas durante sua graduação demonstravam que a atividade junto aos movimentos de classe seria recorrente entre as décadas de 1970 e 1980. Como os demais membros de sua geração, Flores Galindo entendeu o classismo como:

[...] a afirmação e defesa dos interesses de uma classe social, sua reivindicação aberta em uma luta levada até o final, sem as concessões do velho sindicalismo aprista e a corrupção da política *criolla*. O classismo se expressou nas passeatas e nas greves, em marchas como a que fizeram os mineiros do centro em 1971, em tomadas de fábricas levadas às últimas consequências como a que protagonizaram os trabalhadores da Cromotex (1979). No contexto do governo reformista e sob o amparo da situação econômica relativamente próspera, alcançou muitas reivindicações que o aprismo não havia conseguido no passado, porém, junto a ele, fundou uma identidade trabalhadora e terminou produzindo ao lado da geração de intelectuais, núcleos trabalhadores pensantes (FLORES GALINDO, 1986, p.105).

Dentre todos os organismos de classe e centrais de trabalhadores em que participou, destaca-se sua proximidade à Pastoral andina, na qual ofereceu uma série de cursos para trabalhadores e camponeses, entre os anos de 1978 e 1982. Em abril de 1982, especificamente, os cursos mantinham como temática a História do Peru. Um ano depois, foi convidado a dar cursos de formação para a Pastoral em Cuzco. Essa afinidade com a Pastoral andina também se torna evidente pela sua participação como coordenador da revista *Allpanchis Phuturinga*, durante os anos de 1978 e 1982.

A combinação de trabalho de formação com produção periodística se repetiria alguns anos depois com a fundação da Casa SUR, em 1986. Essa instituição buscou promover o

encontro de intelectuais com trabalhadores para a discussão de questões relacionadas à política peruana. Os debates ocorriam tanto por meio da revista *Márgenes*, como pelos cursos de formação ministrados na *Universidad Libre*. Como definiu o próprio Flores Galindo:

[...] na SUR persistimos em querer navegar contra a corrente dominante em certos meios intelectuais e seguir apostando nas saídas e alternativas coletivas, fazer algo que reclamava Edward Thompson: queremos ser um desses “lugares onde ninguém trabalhe para que lhe concedam títulos ou cátedras, mas sim para a transformação da sociedade, onde as críticas e a autocrítica sejam duras, mas onde haja também ajuda mútua e intercâmbio de conhecimentos teóricos e práticos; lugares que prefigurem, de certo modo, a sociedade do futuro” (FLORES GALINDO, 1988, p. 35).

Essas preocupações fizeram de sua atividade de formação política, e principalmente de sua produção publicística, uma forma de se relacionar com o público em geral e de interferir na realidade cotidiana peruana⁴. Por conta disso, ao longo de sua carreira, Flores Galindo produziu uma quantidade considerável de textos de cunho não acadêmicos. O poeta Antonio Cisneros (1988), na apresentação da obra *Tiempo de plagas*, que reúne artigos não acadêmicos de Flores Galindo, observou que:

Flores Galindo, diferentemente dos demais cientistas sociais, é um homem de escritura. [...] Nosso autor, claramente, se distancia muito de ser um ilustre desconhecido. [...] Imprescindível nas saudosas (para mim ao menos) *El caballo rojo* e *30 días*. Ajuda fiel, ainda que distante, nos semanários *El búho* e *Sí*. Além de colaborador em revistas de pesos pesados e artífice de *Márgenes*, publicação de SUR, Flores Galindo é, apesar de sua auréola acadêmica, um publicista cabal (CISNEROS, 1988, p.9-10).

Seu publicismo cabal buscava fazer uma reflexão histórica de temas pertinentes à sociedade em que vivia e, em contrapartida, demonstrava a necessidade de o intelectual marcar um posicionamento diante de determinados acontecimentos e, ao mesmo tempo, esclarecer a opinião pública. Um trabalho de intervenção intelectual, manifestando opiniões e abrindo espaço para as discussões.

Seus artigos, não raro, recebiam críticas, as quais eram respondidas abertamente na imprensa local; outras vezes, davam continuidade a alguma polêmica aberta por outros interlocutores. Sua opção por fazer uma política apartidária deu-lhe certa liberdade para confrontar adversários das mais variadas filiações, fazendo dele um personagem crítico e de muitas polêmicas. Em sua carta de despedida, escrita meses antes de sua morte, assumiu essa

⁴Tratamos as intervenções intelectuais de Flores Galindo em jornais e revistas voltados para o grande público, bem como sua produção publicística, querendo demonstrar a sua deliberada intenção de intervir como um intelectual público.

sua predisposição à polêmica argumentando que “divergir sempre foi uma maneira de se aproximar” (FLORES GALINDO, 2007)⁵. Acreditamos, portanto, que, juntamente com a participação em debates e fóruns de discussões promovidos por entidades de classes, universidades e instituições de pesquisa, seus artigos lhe serviram como um canal de expressão e atuação política.

Sua inclinação ao publicismo mencionado não representou, no entanto, o abandono do trabalho acadêmico e de sua produção historiográfica. Ao contrário: os artigos em revistas de opinião tinham como característica a reflexão historicista de problemas contemporâneos, como forma de colocar o passado em função dos problemas do presente. Essa interpretação de seu trabalho periodístico deriva de sua concepção em torno da “mais precisa e elementar função do historiador: responder à necessidade de memória e da lembrança de uma coletividade” (FLORES GALINDO, 2007, p.39)⁶. Para ele, o “passado” está para a sociedade, da mesma maneira que a memória está para um indivíduo; conforme afirmou, “assim como os indivíduos requerem da memória, as coletividades não podem existir sem recordações” (FLORES GALINDO, 2007, p.47)⁷. Ou seja: da mesma maneira que as lembranças individuais representam o conjunto de acontecimentos pessoais, formando uma personalidade, uma identidade pessoal, as recordações coletivas conduzem à formação de uma memória coletiva.

Essa relação com as *recordaciones* não deveria servir somente para dizer quem somos, ou o que uma sociedade é, mas sim para confrontar seus medos que, apesar de se manifestarem no tempo atual, foram construídos como resultado de decepções, fracassos e fraquezas ocorridas ao longo do tempo passado. Em uma interessante passagem de sua obra consagrada, *Buscando un inca: identidad y utopia en los Andes*, de 1986, Flores Galindo adverte que:

[...] uma das funções da História é nos enfrentarmos com nós mesmos, remontando-nos até quando se forem estruturando concepções e valorações que depois queremos esconder. Nesse sentido existe uma semelhança entre o que faz um psicólogo e a função de um historiador” (FLORES GALINDO, 1995, p.235).

⁵ A carta foi escrita por Flores Galindo em 1989 e publicada originalmente em 1991, na revista *Márgenes*.

⁶ Publicado originalmente em: *Caballo Rojo*, n. 157, 1983, p.15.

⁷ Publicado originalmente em: *Caballo Rojo*, n. 177, 1983, p.10.

Ou seja, para Flores Galindo, assim como um psicólogo auxilia na construção de uma personalidade e ajuda um paciente a superar seus traumas, o historiador contribui para a formação da memória de uma coletividade que seja capaz de produzir as condições necessárias para a superação de seus traumas. A História, portanto, para o autor, atinge um papel de libertação do passado e não de aprisionamento frente a ele. Não se trata de utilizá-la para justificar os erros atuais de uma sociedade, condenando-a a repeti-los constantemente, mas uma forma de construir saídas para que não voltem a ocorrer. Mais precisamente, “a tentação de sujeitar ao passado os combates de hoje é quase inevitável. No entanto, não parece ser o caminho mais adequado para entender e libertar-se do peso da história anterior: para exorcizar os fantasmas” (FLORES GALINDO, 1988, p.57)⁸. Entender o passado em função do presente é algo diferente de justificar o presente em função do passado, ou, “sujeitar ao passado os combates de hoje”.

Era assim que Flores Galindo utilizava a História na formulação de seus artigos sobre a realidade cotidiana, mas também em suas obras historiográficas. Em seus livros sobre a década de 1920 (*Apogeo y crisis*), sobre a Lima colonial (*Aristocracia y plebe*) ou sobre a vida de Mariátegui (*La agonía de Mariátegui*), os estudos nasciam como forma de esclarecer questões da ordem do dia no Peru contemporâneo, como a crise da oligarquia e os movimentos camponeses, a falta de unidade das classes subalternas e a necessidade de se criar um socialismo peruano. Por isso, em suas obras, é comum encontrarmos advertências como essa que aparece em *Apogeo e crisis*, de 1979: “A leitura do passado não pode ser alheia aos conflitos e tensões do presente”.

De certa maneira, essa concepção de História possui diversas relações com o momento pelo qual passava a historiografia peruana, mas também com a própria trajetória pessoal de Flores Galindo. Durante a graduação, aproximou-se dos sociólogos do IEP e, ao retornar da França – período dedicado a pesquisas de doutoramento –, assumiu o cargo de professor de Sociologia do Departamento de Ciências Sociais da PUC-SP. Talvez, essa proximidade explique a utilização da História, efetivamente, como uma ciência social dotada de um poder de intervenção próprio da Sociologia. Um indício disso está na publicação de duas compilações organizadas pelo autor em 1975: *La Historia como Ciencia Social* (dois tomos).

⁸ Publicado originalmente em: *Socialismo y Participación*, n. 20.

Da mesma forma que ocorreu com sua geração, Flores Galindo assumiu um método de pesquisa que lhe possibilitou mesclar a visão marxista de História às novas perspectivas historiográficas, como a Etno-história e a Psicanálise⁹. Em sua concepção, apenas assim seria possível superar as limitações da interpretação marxista ortodoxa, que resumia a História ao conflito de classe e às relações econômicas entre estrutura e superestrutura, e estabelecer uma visão capaz de abarcar as diferenças culturais e sociais presentes na sociedade peruana.

Eduardo Cáceres (2000), observando a abordagem historiográfica de Flores Galindo, afirma que, apesar de sua filiação marxista, o historiador percebe que a compreensão de seu objeto está muito além do mundo material. Por conta disso, “teve que explorar novos cenários, em particular o da subjetividade – individual e social – nutrida da vivência do presente e, sobretudo, das tradições expressadas como mitos, sonhos, relatos, etc.” (CÁCERES, 2000, p.18).

Assim como havia feito Mariátegui ao reler o marxismo no Peru, para que o marxismo historiográfico tivesse validade era preciso adotar a mesma heterodoxia presente no autor de *os Sete ensaios*. Segundo essa interpretação, a história da luta de classes no Peru não era feita apenas de burgueses e proletários; o elemento indígena, a figura do andino, como já havia apontado o socialista, era fundamental no processo de superação da exploração capitalista. Segundo esse raciocínio, os indígenas não poderiam ser compreendidos como um todo homogêneo. Era necessária uma aproximação antropológica e psicológica ao mundo andino, à incompreensão histórica do mestiço, para se realizar uma leitura das diversas referências culturais e mentais que os compunham. Por conta disso, desde a primeira obra de Flores Galindo, *Los mineros de la Cerro de Pasco* (1971), há uma superação da visão monolítica de classe e uma aproximação à obra de Mariátegui, na qual os operários peruanos são, antes de qualquer coisa, indígenas em sua essência. Aliás, Mariátegui, desde então, configurou-se em referência principal da obra de Alberto Flores Galindo, não apenas em sua leitura sobre a história peruana, mas, principalmente, na busca pela compreensão de um socialismo próprio para o Peru. A presença de Mariátegui é constante em toda a obra de Flores Galindo. Mais do que isso: em Flores Galindo, o pensamento de Mariátegui ganhou novas interpretações.

⁹ A aproximação com a Psicanálise também é influenciada pela relação que Mariátegui estabelece entre Freud e Marx no livro *Defensa del marxismo*. Em *Buscando un inca*, existe um capítulo exclusivo em que o autor aplica métodos da Psicanálise para analisar os sonhos de determinado personagem histórico.

Nesse sentido, para Flores Galindo, estabelecer uma nova História não era simplesmente abandonar velhos métodos, mas sim criar novas perspectivas para a sua utilização. Dessa forma, a própria concepção de uma História total em sua prática historiográfica ganhou aspectos psicológicos e antropológicos que a desprenderam das tradicionais análises estruturais da sociedade e do próprio conceito de História total. Conforme apresentou o autor:

Faz falta precisar as relações existentes entre estruturas e acontecimentos. Tudo transcorre dentro das estruturas. Porém sobre elas atuam a ação dos homens e suas consciências. De que maneira os acontecimentos afetam as estruturas? Responder a esta pergunta é empreender o estudo de uma conjuntura, melhor dizendo, estudar como uma cadeia de acontecimentos se entrelaça e se explica no interior das tensões de uma estrutura; unir na análise a curta duração (os dias e os meses da agitada vida política) com a longa duração (os anos e os séculos de uma estrutura social) (FLORES GALINDO, 1996, p.437-438).

A obra *Aristocracia y plebe* (1984) é um claro exemplo desse intento. Em determinado momento do livro, o autor questiona a falsa imagem do mundo colonial que uma análise estrutural poderia passar e argumenta: “persiste a tendência de imaginar a estrutura social da colônia como integrada por personagens imóveis. Porém, como todos os estereótipos, este tampouco resiste à menor indagação” (FLORES GALINDO, 1984, p.137). Contra essa falsa ideia, o autor buscou, em biografias de escravos, bandoleiros, padeiros, fazendeiros, comerciantes, entre outros, uma forma de se reconstituir o cotidiano colonial. Em meio às cifras, estatísticas e levantamentos demográficos, aparecem os “rostros de la plebe”, como sugere o título de um de seus capítulos. Assim, somente a título de exemplo, a violência entre classes não responderia apenas aos mecanismos de coerção, bem como se configuraria como um reflexo dos medos e inseguranças de uma aristocracia frágil perante seus inúmeros escravos.

A preocupação em se construir uma forma de produzir história que fugisse dos parâmetros tradicionais é algo que chama a atenção em suas obras. Ao longo de suas narrativas, aparecem sempre reflexões sobre o trabalho do historiador e de seus métodos. Da mesma forma, afirma a necessidade de inovar e de se aproximar da realidade cotidiana, de unir o documento analisado à prática cotidiana, conforme comprova este trecho:

[...] os documentos não falam por si só, tudo isto depende em muito dessa habilidade para interrogá-los, que não se aprende nos melhores manuais, nem nas universidades, mas sim na prática cotidiana: habituando-se a outras grafias, a

palavras que já não usamos e às chaves que não são nossas (FLORES GALINDO, 2007, p.140)¹⁰.

Nesse aspecto, Flores Galindo foi um grande crítico de sua geração. Da mesma maneira que Magdalena Chocano, o autor acreditava que a *Nueva Historia* não havia conseguido se libertar das tradições impostas pela historiografia tradicional. Ainda que tivesse produzidos novos atores históricos e encontrado novos objetos de estudo, para ele, a *Nueva Historia* acabou por repetir a narrativa ucrônica da História tradicional. Conforme escreveu em seu artigo “La imagen y el espejo: la historiografía peruana”:

[...] renovação temática não era necessariamente sinônimo de renovação conceitual. Ainda que pareça paradoxo, essa nova visão continuava sendo tributária, em muitos aspectos, de Riva Agüero. Com efeito, a ele poderia remontar-se essa obsessiva preocupação pela nação, o lamentar, uma vez mais, as ocasiões perdidas ou a carência de uma classe dirigente (FLORES GALINDO, 2007, p.298).

De certa maneira, essa era uma preocupação do autor que já aparecia na década de 1970, momento em que a *Nueva Historia* peruana começou a produzir seus primeiros trabalhos e a se afirmar como discurso historiográfico hegemônico. Em 1976, criticando a história quantitativa e a demografia histórica, atacou:

[...] a história terminou por transbordar os cursos tradicionais. Porém isso levou simplesmente a uma nova forma de empirismo, muito similar ao da história tradicional. No lugar de reunir feitos individuais, a obsessão foi a maior quantidade de preços de quadros estatísticos ou descobrir um novo tema virgem para a investigação (FLORES GALINDO, 1996, p.436-437).

Podemos dizer que, frente a esses dilemas, a obra de Flores Galindo apresenta alguns avanços. Na questão do método, como vimos anteriormente, a sua proximidade com a Psicanálise e a valorização da História para além das estruturas representaram uma tentativa de escapar de uma narrativa desproblematizada. Outro ponto é a concepção de História como construção de uma imagem coletiva capaz de produzir mecanismos para a superação de problemas do presente, postura que se configura como algo oposto ao que pensava a tradição ucrônica e representa a substituição de uma História fatalista por uma História de esperança.

Essa visão da História como esperança é bastante evidente no tema da utopia andina sacramentado em seu livro *Buscando un inca*. De certa maneira, pensar a História como um desafio de criar uma imagem coletiva para uma sociedade futura é uma forma de se cortar as raízes do inacabado, conforme propunha a História tradicional. Ao substituir a ucrônia pela

¹⁰ Publicado originalmente em: *Mundo archivístico*, n. 25, 1985.

utopia, Flores Galindo propunha uma visão de História que privilegiava o que está por vir e não o que não pôde vir. O que era uma forma de sugerir a utopia como razão da História. No lugar da ucronia oferecia a utopia, ou melhor, no lugar do “não é, mas *poderia ter sido*”, oferecia o “não é, mas *pode ser*”.

De fato, essas são as propostas de Flores Galindo, o qual se opunha diametralmente à História tradicional e, por outro lado, convidava a *Nueva Historia* a produzir efetivamente uma nova tradição historiográfica. Essa interpretação da obra de Flores Galindo levou Paulo Drinot a afirmar que *Buscando un inca* “conclamou por uma história diferente, que traria à tona de que modo os vários problemas do país, ‘han sido vividos por los protagonistas, sus ideas y sentimientos, sus esperanzas para de esta manera devolver la palabra a quienes foran condenados al silencio’” (DRINOT, 2003, p.61).

No entanto, concretamente, podemos dizer que a utopia como combustível da História não possibilitou a Flores Galindo construir uma imagem efetiva sobre o Peru e tampouco um projeto político para o futuro. Ainda que tenha tentado, Flores Galindo incorreu em velhas práticas de seus coetâneos e, até mesmo, demonstrou não ter conseguido se livrar da tradição ucrônica da História tradicional: tanto em *Aristocracia y plebe*, quanto em *Buscando un inca*, o autor recorreu ao irrealizado para conduzir suas ideias.

No primeiro livro, o pessimismo, conforme observou Gonzalo Portocarrero (2005), é que dá o tom da obra. A pergunta que a finaliza é: “Por que não houve espaço para a revolução?” Como resposta, ao longo do livro, o autor discorre sobre uma classe dominante fraca e uma classe subalterna sem coesão. Um país sem alternativas.

Já no capítulo IV de *Buscando un Inca*, aparece a seguinte pergunta: “E se tivesse triunfado a revolução de Tupac Amaru II?”, a partir da qual, o autor imagina como teria sido a sociedade peruana resultante desse processo incompleto: uma dinastia incaica. Mesmo que essa ideia se perca no decorrer da obra, demonstra um tributo pago a Riva Agüero, uma vez que há um sentido ucrônico em sua pergunta. No entanto, podemos afirmar que a ucronia aparece como um recurso discursivo nesse único momento da obra. Não podemos dizer que ela dita as interpretações do autor a respeito da utopia andina. Ao contrário: como vimos, o sentido da utopia não é o de afirmar “o que não pôde ser”, mas “o que pode vir a ser”. Nesse sentido, *Buscando un inca* contém mais avanços interpretativos diante da História tradicional do que retomadas aos vícios anteriores. Além disso, essa obra constitui exemplo claro de um

historiador preocupado em transformar historiografia em instrumento político, como forma de justificar um projeto para a nação. Não a nação como utopia, mas a utopia como ação.

A utopia está na base da concepção de uma historiografia revolucionária para Flores Galindo. Revolucionária em um duplo sentido: para a superação do *status quo* historiográfico, mas também do *status quo* social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASADRE, J. Ucronías. In: _____. *Meditaciones sobre el discurso histórico en el Perú*. Lima: Huascarán, 1947.

BURGA, M. *La Historia y los historiadores en el Perú*. Lima: UNMSM, 2005. p.109.

CÁCERES, E. No hay tal lugar: utopia, ucronía e historia. *Márgenes: encuentros y debates*, Lima: SUR, ano XIV, n. 17, p.24, 2000.

CHOCANO, M. Ucronía y frustración en la conciencia histórica del Perú. *Márgenes: encuentro y debate*. Lima: SUR, ano I, n. 2, p.46, 1986.

CISNEROS, A. Tito Flores, Periodista. In: FLORES GALINDO, A. *Tiempo de Plagas*. Lima: Caballo Rojo, 1988. p.9-10.

DRINOT, P. Historiografía peruana: onde estamos, como chegamos e para onde vamos? In: WASSERMAN, C. *Anos 90 – Revista do Programa de Pós-Graduação em História*, Porto Alegre: UFG, p.66, 2003.

FLORES GALINDO, A. *Aristocracia y plebe. Lima, 1760-1830*. Lima: Mosca Azul Editores, 1984.

_____. Generación del 68: ilusión y realidad. *Márgenes: encuentro y debate*, Lima, ano I, n. 1, p.105, 1986.

_____. *Obras completas*. Tomo III. Lima: SUR, 1995.

_____. *Obras completas*. Tomo IV. Lima: SUR, 1996.

_____. *Obras completas*. Tomo VI. Lima: SUR, 2007.

_____. *Tiempo de plagas*. Lima: Caballo Rojo, 1988, p.35.

GLAVE, L. M. *Imágenes del tiempo: de historia e historiadores en el Perú contemporáneo*. Lima: IEP, 1996, p.20.

LOAYZA SAAVEDRA, R. (comp.). *Pensadores peruanos del siglo XX frente la problemática nacional*. Lima: Editorial San Marcos, 2009.

MARIÁTEGUI, J. C. *Mariátegui total*. Tomo I. Lima: Empresa Editora Amauta, 1994. p.324.

PORTOCARRERO, G. La hazaña de Alberto Flores Galindo. In: LÓPEZ
JIMÉNEZ, S. (dir). *Homenaje a Alberto Flores Galindo: otro mundo es posible*. Libros &
Artes. Lima: Biblioteca Nacional del Perú, 2005, p.21.

QUIJANO, A. Lo cholo y el conflicto cultural en el Perú. In: _____. *Dominación y cultura*.
Lo cholo y el conflicto cultural en el Perú. Lima: Mosca Azul Editores, 1980.